



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

DANIEL PRADO MÁXIMO

**O PAPEL DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS
SERVIDORES DA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS**

GOIÂNIA – GO

2026



DANIEL PRADO MÁXIMO

O PAPEL DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, sob a orientação Profa. Dra. Bruna Daniella de Souza Silva Amorim.

GOIÂNIA – GO

2026

O PAPEL DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS.

THE ROLE OF INSTITUTIONAL MANAGEMENT IN PROMOTING THE MENTAL HEALTH OF GOIÁS SCIENTIFIC POLICE PERSONNEL

Daniel Prado Máximo¹

Bruna Daniella de Souza Silva Amorim²

Resumo: A promoção da saúde mental dos profissionais da segurança pública tem assumido crescente relevância diante das especificidades das atividades desempenhadas e dos impactos decorrentes da exposição contínua a situações de elevado desgaste emocional. Este estudo teve como objetivo analisar o papel da gestão institucional na promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, abordagem qualitativa, objetivos descritivo-analíticos, fundamentada no método dedutivo e desenvolvida por meio de pesquisa documental. O corpus documental foi constituído pela Lei nº 14.531/2023, pela Lei Estadual nº 19.145/2015, pela tese de Campos (2024), pelos documentos institucionais do Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB) e pelo 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A interpretação dos documentos foi orientada pelos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Os resultados evidenciaram que a promoção da saúde mental constitui um componente estratégico da gestão institucional, sendo influenciada tanto pelas características da atividade pericial quanto por fatores relacionados à organização do trabalho, às condições institucionais e às políticas de gestão de pessoas. Como contribuição prática, propõe-se a incorporação de um Protocolo Institucional de Vigilância Preventiva em Saúde Mental aos exames periódicos dos servidores, visando fortalecer as políticas institucionais de cuidado e favorecer a identificação precoce de fatores de risco psicossocial.

Palavras-chave: Saúde mental. Gestão institucional. Polícia Científica de Goiás. Segurança pública. Políticas institucionais.

Abstract: The promotion of mental health among public security professionals has gained increasing relevance due to the specific nature of their work and the impacts resulting from continuous exposure to situations of intense emotional strain. This study aimed to analyze the role of institutional management in promoting the mental health of personnel from the Scientific Police of Goiás. This is an applied study with a qualitative approach, descriptive-analytical objectives, based on the deductive method and developed through documentary research. The documentary corpus consisted of Federal Law No. 14,531/2023, Goiás State Law No. 19,145/2015, Campos' (2024) doctoral dissertation, institutional documents from the Integrated Biopsychosocial Care

¹Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Integrada de Cassilândia (FIC). Especialista em Investigação Forense e Perícia Criminal pelo Centro Universitário FAVENI e em Gestão e Governança Pública pela Faculdade Focus. Perito Criminal da Polícia Científica do Estado de Goiás.

²Graduada em Biomedicina, Mestre em Medicina Tropical e Doutora em Medicina Tropical e Saúde Pública pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Ciências Forenses pela Faculdade Oswaldo Cruz. Papiloscopista Policial da Polícia Civil do Estado de Goiás, Professora, Pesquisadora e Orientadora na área de Segurança Pública.

Center (NIAB), and the 19th Brazilian Yearbook of Public Security. The interpretation of the documents was guided by Bardin's (2016) Content Analysis. The findings showed that the promotion of mental health is a strategic component of institutional management, influenced both by the characteristics of forensic work and by factors related to work organization, institutional conditions, and human resource management policies. As a practical contribution, this study proposes the incorporation of an Institutional Preventive Mental Health Surveillance Protocol into the periodic medical examinations of personnel, aiming to strengthen institutional mental health policies and facilitate the early identification of psychosocial risk factors.

Keywords: Mental health. Institutional management. Scientific Police of Goiás. Public security. Institutional policies.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental dos profissionais da segurança pública tem ocupado posição estratégica nas discussões acadêmicas e institucionais em razão das características inerentes às atividades desempenhadas por esses trabalhadores. A exposição frequente à violência, a situações potencialmente traumáticas e às elevadas exigências emocionais e cognitivas pode comprometer o bem-estar psicológico, favorecer o adoecimento ocupacional e impactar diretamente o desempenho profissional. Nesse contexto, a promoção da saúde mental deixa de ser compreendida apenas como resposta ao adoecimento e passa a integrar estratégias de valorização profissional, qualidade de vida e fortalecimento institucional.

Na Polícia Científica de Goiás, essa discussão assume contornos específicos em decorrência da natureza da atividade pericial. Peritos criminais, médicos-legistas, odontologistas e demais profissionais da instituição atuam diretamente em locais de crime, exames cadavéricos, análises laboratoriais e outras atividades relacionadas à produção da prova pericial, mantendo contato frequente com situações de violência, sofrimento humano e morte. Além das características inerentes à função, fatores relacionados à organização do trabalho, às condições laborais, às relações socioprofissionais e às práticas institucionais de gestão também influenciam a saúde mental e a qualidade de vida desses profissionais.

Estudos recentes reforçam essa realidade. Campos (2024) identificou importantes indicadores de sofrimento psíquico entre servidores da Polícia Científica de Goiás, evidenciando a influência das condições de trabalho, da organização institucional e das exigências da atividade pericial sobre a saúde mental desses profissionais. Em âmbito nacional, o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstra que a saúde mental passou a ocupar posição estratégica nas discussões sobre gestão das instituições de segurança pública, especialmente diante da persistência

de indicadores relacionados ao adoecimento psíquico, à vitimização e ao suicídio entre profissionais da área.

No Estado de Goiás, a Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos, instituída pela Lei Estadual nº 19.145/2015, já estabelecia programas voltados à saúde ocupacional e à saúde mental, equipes multiprofissionais e exames médicos periódicos como instrumentos de vigilância e promoção da saúde dos servidores. Posteriormente, a Lei nº 14.531/2023 instituiu a Política Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública, consolidando diretrizes específicas para a promoção da saúde física e mental desses profissionais. No âmbito da Polícia Científica de Goiás, somam-se a esse arcabouço normativo as ações desenvolvidas pelo Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB), voltadas ao acolhimento, ao acompanhamento psicológico e à promoção da saúde mental. Entretanto, a existência de políticas públicas, instrumentos de vigilância em saúde e estruturas institucionais de cuidado não garante, por si só, a efetividade das ações preventivas, evidenciando a importância da gestão institucional na articulação, implementação e fortalecimento dessas iniciativas.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a gestão institucional pode contribuir para a promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o papel da gestão institucional na promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás, a partir da análise de documentos normativos, institucionais e científicos relacionados à temática.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, desenvolvida por meio de análise documental. O corpus da pesquisa foi constituído pela Lei nº 14.531/2023, pela Lei Estadual nº 19.145/2015, pelos documentos institucionais do Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB), pela tese de Joara de Paula Campos (2024 - à época perita criminal da PCI/GO) e pelo 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A interpretação dos documentos fundamentou-se nos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), orientando a leitura e a interpretação integrada das diferentes fontes documentais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Saúde Mental e Segurança Pública

A gestão da segurança pública não pode ser compreendida apenas pela eficiência operacional, pela alocação de efetivo ou pela capacidade de resposta às demandas sociais. A qualidade da atuação estatal também depende das condições humanas, psíquicas e organizacionais oferecidas aos profissionais responsáveis pela execução dessas políticas. Nesse contexto, a saúde mental dos servidores assume relevância estratégica por relacionar-se diretamente à continuidade do serviço público, ao desempenho profissional, à prevenção de afastamentos laborais e ao fortalecimento institucional. Assim, o cuidado psicológico deixa de ser uma medida meramente assistencial e passa a integrar a gestão pública, considerando que instituições saudáveis dependem de trabalhadores em condições adequadas para exercer funções marcadas por elevada responsabilidade social.

A atividade desenvolvida pelos profissionais da segurança pública apresenta especificidades que a distinguem de grande parte das demais carreiras públicas. Conforme observam Minayo, Souza e Constantino (2007), esses trabalhadores estão frequentemente expostos a contextos de violência, risco, pressão decisória, imprevisibilidade e intensa exigência emocional. Esses fatores, associados às condições institucionais de trabalho, produzem efeitos sobre a subjetividade, as relações socioprofissionais e a percepção de pertencimento organizacional. Desse modo, o sofrimento psíquico não pode ser interpretado apenas como fragilidade individual, mas como fenômeno influenciado por fatores ocupacionais, culturais e gerenciais.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Seligmann-Silva (2011), para quem o desgaste mental relacionado ao trabalho resulta da interação entre condições laborais, organização institucional, relações sociais e formas de reconhecimento. No âmbito da segurança pública, essa abordagem evidencia que a saúde mental dos servidores também depende da existência de políticas institucionais permanentes, práticas preventivas e ambientes organizacionais que favoreçam o acolhimento, a confiança e a valorização profissional.

A Lei nº 14.531/2023 representa importante marco normativo ao instituir a Política Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública, reconhecendo a promoção da saúde física e mental como dimensão essencial das políticas de valorização desses

trabalhadores. Embora sua análise documental seja aprofundada posteriormente, essa legislação demonstra que o tema passou a integrar a agenda pública de gestão da segurança. A saúde mental deve, portanto, ser compreendida como componente de uma política institucional voltada à prevenção do adoecimento, à promoção da qualidade de vida e ao fortalecimento das organizações.

Dessa forma, discutir saúde mental e segurança pública implica reconhecer que o cuidado com o servidor constitui também uma estratégia de gestão. Não se trata apenas de responder ao adoecimento já instalado, mas de construir mecanismos capazes de identificar riscos, reduzir barreiras de acesso ao apoio psicológico e fortalecer a confiança dos profissionais nas ações institucionais de cuidado.

2.1.1 Organização do Trabalho Policial e Adoecimento Psíquico

A compreensão dos processos de adoecimento psíquico relacionados ao trabalho exige superar interpretações que atribuem exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo sofrimento experimentado no ambiente laboral. No campo da saúde do trabalhador, consolidou-se o entendimento de que o trabalho constitui também um espaço de construção da identidade, produção de sentidos, relações sociais e reconhecimento profissional. Assim, as experiências de prazer e sofrimento estão diretamente relacionadas à forma como o trabalho é organizado, às condições institucionais e às possibilidades de participação, autonomia e valorização presentes no cotidiano organizacional.

Sob essa perspectiva, Dejours (1992) afirma que o sofrimento no trabalho decorre, sobretudo, da forma como ele é organizado e gerido. O autor distingue o trabalho prescrito — definido por normas e procedimentos institucionais — do trabalho real, efetivamente realizado diante das situações concretas do cotidiano. É nesse intervalo que surgem desafios e exigências subjetivas capazes de produzir tanto realização profissional quanto sofrimento psíquico. Dessa forma, o adoecimento não constitui consequência inevitável da atividade laboral, mas resulta das dificuldades encontradas pelos trabalhadores para elaborar e ressignificar as tensões produzidas pelo próprio trabalho.

Nas instituições de segurança pública, essa reflexão torna-se especialmente relevante em razão das especificidades da atividade profissional. A necessidade de respostas rápidas, a tomada de decisões em situações de elevado risco, a convivência com eventos críticos e a elevada

responsabilidade funcional impõem demandas emocionais constantes, cuja elaboração depende não apenas dos recursos individuais, mas também das condições organizacionais oferecidas pela instituição. Quando inexistem espaços de escuta, reconhecimento, cooperação e apoio institucional, o sofrimento tende a transformar-se em fator de desgaste psicológico e adoecimento.

Dejours (1992) destaca ainda que o reconhecimento ocupa papel central na preservação da saúde mental dos trabalhadores. Mais do que recompensas materiais, ele representa a validação social da utilidade, da competência e do significado do trabalho realizado. Quando o trabalhador percebe que seu esforço é valorizado pela organização e pela coletividade, o sofrimento pode ser ressignificado e convertido em realização profissional. Em contrapartida, ambientes marcados pela ausência de reconhecimento e por relações organizacionais pouco favoráveis tendem a intensificar sentimentos de frustração, desmotivação e desgaste emocional.

Essa compreensão é complementada por Seligmann-Silva (2011), que afirma que o desgaste mental relacionado ao trabalho resulta da interação entre condições objetivas de trabalho, relações interpessoais, cultura organizacional e formas de gestão. A autora ressalta que o adoecimento psíquico decorre da combinação de fatores individuais, organizacionais e institucionais, evidenciando a responsabilidade das organizações na implementação de políticas capazes de promover ambientes laborais mais saudáveis e práticas de gestão voltadas à valorização do servidor.

Essa discussão fornece o suporte teórico para compreender as especificidades da Polícia Científica, cujas características ocupacionais apresentam desafios próprios relacionados à saúde ocupacional e à gestão de pessoas, tema abordado na seção seguinte.

2.2 Polícia Científica e Saúde Ocupacional

A Polícia Científica ocupa posição singular no sistema de segurança pública ao atuar na produção da prova técnica necessária à persecução penal. Diferentemente das demais forças policiais, sua atuação fundamenta-se na aplicação do conhecimento científico à investigação criminal, exigindo elevado rigor técnico, precisão metodológica e responsabilidade jurídica.

Sob a perspectiva da saúde ocupacional, essas características fazem com que a atividade pericial envolva demandas que ultrapassam os riscos tradicionalmente associados ao trabalho policial. Além da exposição a agentes físicos, químicos e biológicos, os profissionais convivem

com exigências cognitivas e psicossociais decorrentes da responsabilidade técnica, do contato frequente com situações de violência e da necessidade permanente de imparcialidade na produção da prova.

Nesse contexto, Campos (2024) demonstra que a saúde ocupacional dos servidores da Polícia Científica de Goiás resulta da interação entre as características da atividade pericial e fatores relacionados à organização do trabalho, às relações socioprofissionais e às práticas institucionais de gestão. Essa compreensão evidencia o caráter multidimensional da saúde ocupacional e fundamenta a análise das particularidades da atividade pericial.

2.2.1 Particularidades da Atividade Pericial

A atividade pericial distingue-se das demais funções exercidas no âmbito da segurança pública pela natureza técnico-científica de suas atribuições e pelo papel estratégico que desempenha na produção da prova material destinada à persecução penal. Ao perito oficial compete interpretar vestígios, reconstruir eventos e elaborar laudos que subsidiam decisões judiciais, exigindo elevado grau de precisão, imparcialidade e responsabilidade ética.

Além da elevada exigência técnica, a rotina profissional envolve contato frequente com locais de crimes violentos, acidentes fatais, desastres, exames em cadáveres e outras ocorrências marcadas pelo sofrimento humano. Embora essa exposição seja inerente à atividade, ela exige constante mobilização emocional para preservar a objetividade necessária ao desempenho das atribuições.

Os desafios da atividade pericial, contudo, não se restringem ao contato com situações potencialmente traumáticas. A literatura evidencia que a atuação desses profissionais também é influenciada pela elevada responsabilidade jurídica dos laudos produzidos, pela necessidade permanente de atualização técnico-científica, pelo cumprimento de prazos processuais e pela pressão por produtividade. Dessa forma, a perícia criminal caracteriza-se pela combinação de demandas técnicas, cognitivas e organizacionais que a diferenciam de outras atividades desenvolvidas no campo da segurança pública.

Essas particularidades evidenciam que a atividade pericial envolve demandas que ultrapassam a complexidade da produção da prova técnica, constituindo um contexto ocupacional

com características próprias, cujas repercussões sobre a saúde mental serão discutidas na subseção seguinte.

2.2.2 Impactos Psicológicos do Trabalho Pericial

As particularidades da atividade pericial repercutem diretamente sobre a saúde mental dos profissionais da Polícia Científica. Entretanto, conforme Dejours (1992), o sofrimento relacionado ao trabalho não decorre apenas da exposição a situações potencialmente traumáticas, mas da interação entre as exigências da atividade, sua organização e as condições institucionais em que o trabalho é realizado.

Sob essa perspectiva, Seligmann-Silva (2011) destaca que o desgaste mental resulta da combinação entre fatores ocupacionais, organizacionais e relacionais. No contexto da Polícia Científica, esses fatores são potencializados pela elevada responsabilidade técnica, pela pressão decorrente dos prazos processuais, pela necessidade permanente de atualização científica e pelas consequências que eventuais falhas podem produzir na administração da justiça.

Embora os profissionais desenvolvam estratégias individuais e coletivas de enfrentamento, tais mecanismos nem sempre são suficientes para minimizar os efeitos da exposição contínua aos fatores de risco psicossocial. Assim, a literatura evidencia que a promoção da saúde mental depende não apenas da capacidade individual de adaptação, mas também da existência de políticas institucionais permanentes de prevenção, apoio psicológico e valorização profissional.

2.3 Gestão Institucional e Políticas de Apoio Psicológico

A gestão institucional constitui o conjunto de práticas voltadas ao planejamento, à organização e ao controle de recursos e processos para garantir que uma organização cumpra sua missão. Seus pilares centrais incluem o alinhamento estratégico, a cultura organizacional e a otimização de processos (Zanelli; Kanan, 2019). A gestão institucional no serviço público configura-se como o arranjo estratégico de diretrizes, processos e recursos voltados à eficiência operacional e ao cumprimento do interesse coletivo. No contexto contemporâneo, essa governança transcende a dimensão puramente administrativa e legalista, assumindo um papel corresponsável pela sustentabilidade do capital humano (Paula, 2005; Chiavenato, 2014). A literatura aponta que

modelos de gestão rígidos ou negligentes — marcados por burocracia excessiva, falta de suporte organizacional e pressões exacerbadas por produtividade — atuam como severos fatores de risco psicossocial, culminando no esgotamento e no desenvolvimento da Síndrome de Burnout (Dejours, 1992; Maslach; Leiter, 2019). Por outro lado, a implementação de uma gestão institucional humanizada, pautada pela liderança acolhedora, clareza de papéis e canais de escuta ativa, atua diretamente na prevenção de agravos psicológicos (Zanelli; Kanan, 2019). Dessa forma, estruturar políticas internas de valorização e suporte ao trabalhador consolida-se como uma estratégia essencial para preservar a saúde mental dos servidores e assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O reconhecimento da saúde mental como elemento estratégico para o desempenho institucional ampliou o debate sobre o cuidado ao servidor, superando abordagens restritas ao atendimento de trabalhadores já adoecidos. Nesse contexto, a gestão institucional deixa de desempenhar função exclusivamente administrativa para assumir papel estratégico na construção de ambientes de trabalho capazes de promover saúde, prevenir o adoecimento e fortalecer políticas permanentes de cuidado.

Essa perspectiva aproxima a gestão de pessoas da promoção da saúde ocupacional. Conforme Chiavenato (2014), a gestão contemporânea compreende as pessoas como principal ativo das organizações, tornando a valorização dos servidores condição para o alcance dos objetivos institucionais. No campo da segurança pública, Balestreri (2010) acrescenta que eficiência operacional e valorização humana são dimensões indissociáveis de uma gestão comprometida com a qualidade do serviço público.

No âmbito do Estado de Goiás, essa compreensão encontra respaldo na Lei Estadual nº 19.145/2015, que instituiu a Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos, prevendo programas de saúde mental, equipes multiprofissionais, vigilância em saúde e exames periódicos destinados ao acompanhamento das condições de saúde dos servidores. A norma reforça que a promoção da saúde mental integra as responsabilidades institucionais e deve ser desenvolvida de forma permanente.

Entretanto, a existência de instrumentos legais e estruturas institucionais não assegura, por si só, a efetividade das ações de promoção da saúde mental. Sua eficácia depende da forma como essas políticas são implementadas, articuladas e incorporadas ao cotidiano organizacional. Nesse

sentido, compreender os limites e as potencialidades da gestão institucional torna-se fundamental para analisar as políticas de cuidado desenvolvidas no âmbito da Polícia Científica de Goiás.

2.3.1 Limites Institucionais na Promoção da Saúde Mental

A implementação de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental envolve desafios que ultrapassam a elaboração de normas ou a disponibilização de serviços especializados. A literatura demonstra que a efetividade dessas iniciativas depende de fatores relacionados à cultura organizacional, ao comprometimento das lideranças, aos processos de comunicação institucional e à confiança dos servidores nas ações desenvolvidas pela organização. Dessa forma, a distância entre a política formalmente instituída e sua incorporação ao cotidiano institucional constitui um dos principais desafios enfrentados pelas organizações.

Sob a perspectiva da gestão de pessoas, Chiavenato (2014) destaca que organizações capazes de alcançar melhores resultados são aquelas que reconhecem seus servidores como sujeitos estratégicos para o desenvolvimento institucional. Essa compreensão exige práticas de gestão voltadas à valorização humana, ao fortalecimento das relações de confiança e à construção de ambientes de trabalho saudáveis, especialmente em instituições de segurança pública, nas quais o desempenho organizacional depende diretamente da capacidade física, cognitiva e emocional de seus profissionais.

Fontana e Mattos (2016) ressaltam que fatores relacionados à cultura organizacional influenciam diretamente a forma como os trabalhadores percebem e utilizam as ações de cuidado disponibilizadas pela instituição. Em organizações marcadas por estruturas hierárquicas rígidas e pela valorização de padrões associados à resistência emocional, a busca por apoio psicológico pode ser interpretada como demonstração de fragilidade, favorecendo o estigma e reduzindo a adesão dos servidores aos serviços existentes.

Assim, os limites da promoção da saúde mental decorrem da interação entre cultura organizacional, práticas de gestão, liderança e participação dos servidores, fatores que devem ser considerados na análise da efetividade das políticas institucionais de cuidado.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, abordagem qualitativa, objetivos descritivo-analíticos, fundamentado no método dedutivo e desenvolvido por meio de pesquisa documental. Essa opção metodológica mostra-se adequada ao objetivo de analisar o papel da gestão institucional na promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás, a partir da interpretação de documentos normativos, institucionais e científicos relacionados à temática.

Quanto à natureza, trata-se de pesquisa aplicada, por buscar produzir conhecimentos voltados à compreensão de um problema concreto e oferecer subsídios para o fortalecimento das políticas institucionais de promoção da saúde mental (Gil, 2019). A abordagem qualitativa fundamenta-se na interpretação dos documentos selecionados, privilegiando a compreensão dos significados, diretrizes e evidências relacionadas ao objeto investigado (Minayo; Souza; Constantino, 2007). Embora alguns indicadores quantitativos tenham sido utilizados para contextualizar a discussão, esses dados assumiram caráter complementar.

Em relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritivo-analítica, uma vez que descreve as informações presentes nos documentos e as interpreta criticamente à luz do referencial teórico adotado (Lakatos; Marconi, 2021). O método dedutivo orientou a investigação, partindo das discussões gerais sobre saúde mental, gestão institucional e políticas públicas para analisar sua aplicação no contexto da Polícia Científica de Goiás.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa documental, utilizando documentos produzidos independentemente da investigação científica como fonte de análise (Gil, 2019). O corpus documental foi constituído por cinco conjuntos de documentos: a Lei nº 14.531/2023; a Lei Estadual nº 19.145/2015; a tese de Campos (2024); os documentos institucionais do Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB); e o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Quadro 1). A seleção dessas fontes fundamentou-se em sua complementaridade, permitindo integrar diretrizes normativas, evidências científicas, documentos institucionais e indicadores nacionais relacionados à promoção da saúde mental dos profissionais da segurança pública.

Quadro 1 – Documentos que compõem o corpus documental da pesquisa

Documento	Objeto de análise	Finalidade na pesquisa
Lei nº 14.531/2023	Política Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública	Identificar as diretrizes legais nacionais relacionadas à promoção da saúde mental e ao papel da gestão institucional.
Lei Estadual nº 19.145/2015	Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos do Estado de Goiás	Analisar as diretrizes estaduais relacionadas à vigilância, à promoção da saúde mental e aos exames periódicos como instrumentos de gestão da saúde dos servidores públicos.
Campos (2024)	Polícia Científica de Goiás	Analisar evidências empíricas sobre saúde mental, qualidade de vida e organização do trabalho no contexto institucional investigado.
Documentos institucionais do NIAB	Política institucional de atenção biopsicossocial	Identificar as ações institucionais voltadas ao acolhimento, prevenção e acompanhamento psicológico dos servidores.
19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública	Segurança pública brasileira	Contextualizar a realidade da Polícia Científica de Goiás por meio de indicadores nacionais relacionados à saúde mental dos profissionais da segurança pública.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

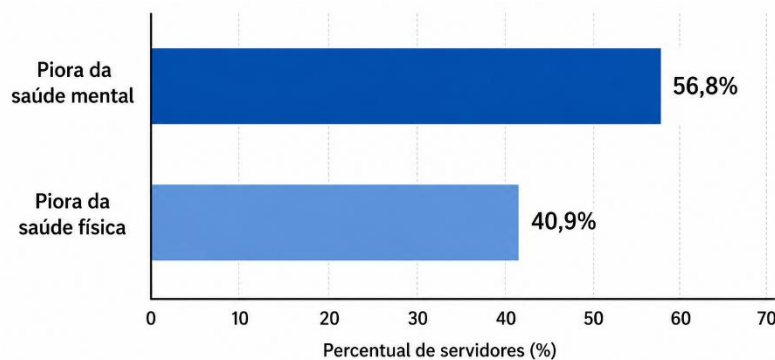
O conjunto desses documentos constituiu a base empírica da pesquisa, possibilitando a análise integrada das diretrizes normativas nacionais e estaduais, das evidências científicas, das práticas institucionais e dos indicadores relacionados à promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás. A leitura e a interpretação desse corpus foram orientadas pelos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), permitindo compreender, de forma articulada, o papel da gestão institucional na promoção da saúde mental e no fortalecimento das políticas de cuidado direcionadas aos profissionais da instituição.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise integrada dos documentos evidenciou que a promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás constitui desafio relacionado tanto às características da atividade pericial quanto às condições organizacionais e às políticas institucionais de gestão. Os documentos analisados demonstram convergência quanto à necessidade de fortalecer estratégias permanentes de prevenção do adoecimento, promoção da saúde e valorização profissional, evidenciando que a saúde mental passou a ocupar posição estratégica na gestão das instituições de segurança pública.

A tese de Campos (2024), desenvolvida com 132 servidores da Polícia Científica de Goiás, apresenta evidências empíricas relevantes sobre a saúde desses profissionais. Entre os resultados identificados, 56,8% dos participantes (75 servidores) perceberam piora da saúde mental e 40,9% (54 servidores) indicaram piora da saúde física após o ingresso na Secretaria de Segurança Pública de Goiás (Gráfico 1). Esses resultados evidenciam repercussões negativas sobre a saúde dos profissionais, reforçando a necessidade de estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção do adoecimento.

Gráfico 1 – Percepção dos servidores da Polícia Científica de Goiás sobre a piora da saúde mental e da saúde física após o ingresso na Secretaria de Segurança Pública de Goiás.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em Campos (2024).

Os resultados reforçam que o sofrimento ocupacional não decorre exclusivamente da exposição a situações potencialmente traumáticas, mas também da interação entre as exigências da atividade e sua organização. Essa interpretação converge com Dejours (1992), que compreende o sofrimento relacionado ao trabalho como resultado da relação entre as características da atividade e sua organização, e com Seligmann-Silva (2011), ao destacar a influência das condições de trabalho, das relações interpessoais e das práticas de gestão sobre os processos de desgaste mental. Em consonância com esses referenciais, Campos (2024) evidencia que aspectos como organização das atividades, comunicação institucional, reconhecimento profissional e condições de trabalho influenciam significativamente a saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás.

Sob essa perspectiva, os resultados indicam que a promoção da saúde mental ultrapassa a oferta de assistência psicológica individual, exigindo atuação preventiva da gestão institucional sobre fatores organizacionais associados ao sofrimento ocupacional.

Essa compreensão também encontra respaldo no conjunto dos documentos normativos analisados. A Lei nº 14.531/2023 consolidou a promoção da saúde física e mental dos profissionais da segurança pública como responsabilidade institucional, estabelecendo diretrizes voltadas à assistência biopsicossocial, à valorização profissional e à prevenção do adoecimento. No Estado de Goiás, essas diretrizes somam-se à Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos, instituída pela Lei Estadual nº 19.145/2015, que já previa programas de saúde mental, vigilância em saúde, equipes multiprofissionais e exames periódicos destinados ao acompanhamento das condições de saúde dos servidores.

No âmbito da Polícia Científica de Goiás, iniciativas voltadas ao cuidado dos servidores antecedem a instituição da Política Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública pela Lei nº 14.531/2023. O Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB), instituído pela Portaria nº 040/2014/SPTC, desenvolve ações de acolhimento, acompanhamento psicológico e promoção da saúde mental. Mais recentemente, o Despacho nº 21/2025/SSP/NIAB-16308 formalizou a disponibilização de atendimento psicológico individualizado, gratuito e na modalidade on-line aos servidores da Polícia Científica de Goiás e seus familiares, por meio de empresa especializada, ampliando o acesso às ações institucionais de cuidado em saúde mental (Goiás, 2025).

Entretanto, a análise integrada dos documentos demonstra que a existência de políticas públicas, instrumentos legais e serviços especializados não assegura, por si só, a efetividade das ações de promoção da saúde mental (Quadro 2). Os documentos analisados indicam que o fortalecimento dessas políticas depende da forma como são operacionalizadas e incorporadas ao cotidiano institucional, ampliando sua capacidade de identificar precocemente fatores de risco psicossocial e subsidiar ações preventivas de gestão.

Essa compreensão também encontra respaldo no 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que evidencia que os desafios relacionados à saúde mental constituem realidade compartilhada pelas instituições de segurança pública brasileiras.

Quadro 2 – Síntese das principais evidências identificadas na análise documental e suas contribuições para a pesquisa

Documento analisado	Principal evidência identificada	Contribuição para a pesquisa
Lei nº 14.531/2023	Reconhece a promoção da saúde mental como responsabilidade institucional e estabelece diretrizes nacionais para a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.	Fundamenta juridicamente o papel da gestão institucional na promoção da saúde mental dos profissionais da segurança pública.
Lei Estadual nº 19.145/2015	Institui a Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos de Goiás, prevendo programas de saúde mental, vigilância em saúde, equipes multiprofissionais e exames periódicos.	Evidencia que o Estado de Goiás dispõe de instrumentos normativos voltados à promoção da saúde mental, direcionando a discussão para sua efetiva operacionalização no contexto institucional.
Campos (2024)	Demonstra que fatores organizacionais, condições de trabalho e relações socioprofissionais influenciam o sofrimento ocupacional dos servidores da Polícia Científica de Goiás.	Evidencia empiricamente a necessidade de atuação da gestão institucional sobre fatores organizacionais relacionados à saúde mental.
Documentos institucionais do NIAB	Institucionalizam ações de acolhimento, acompanhamento psicológico e promoção da saúde mental dos servidores.	Demonstram que a Polícia Científica de Goiás possui mecanismos formais de cuidado biopsicossocial alinhados às políticas institucionais de saúde do servidor.
19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública	Aponta a saúde mental como desafio recorrente nas instituições de segurança pública brasileiras, evidenciando indicadores relacionados ao adoecimento psíquico.	Contextualiza a realidade da Polícia Científica de Goiás em um cenário nacional e reforça a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais de promoção da saúde mental.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Quadro 2 sintetiza as principais evidências identificadas na análise documental, demonstrando que os documentos convergem quanto à necessidade de fortalecer políticas permanentes de promoção da saúde mental, prevenção do adoecimento e valorização dos profissionais da segurança pública. Em conjunto, essas evidências fundamentam a proposta apresentada nas considerações finais, voltada ao aperfeiçoamento da gestão institucional da saúde mental na Polícia Científica de Goiás.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que a promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás constitui um desafio que ultrapassa o atendimento aos profissionais já adoecidos, exigindo atuação institucional voltada à prevenção, ao acompanhamento contínuo e à valorização dos servidores. A análise documental demonstrou que as especificidades da atividade pericial, associadas às condições organizacionais e às práticas de gestão, influenciam diretamente

a saúde mental dos profissionais, reforçando a necessidade de integrar a promoção da saúde às estratégias permanentes de gestão institucional.

Os documentos analisados também permitiram constatar que a Polícia Científica de Goiás dispõe de importantes mecanismos institucionais destinados ao cuidado de seus servidores, respaldados por políticas públicas, instrumentos normativos e estruturas especializadas de apoio. Entretanto, a pesquisa evidenciou que a existência desses mecanismos não garante, por si só, a efetividade das ações de promoção da saúde mental. O fortalecimento dessas políticas depende da forma como são operacionalizadas e incorporadas à rotina institucional, ampliando sua capacidade preventiva e sua contribuição para a gestão da saúde ocupacional.

Nesse contexto, a principal contribuição desta pesquisa consiste na proposição do **Protocolo Institucional de Vigilância Preventiva em Saúde Mental**, concebido como estratégia de aperfeiçoamento da avaliação periódica prevista na Lei Estadual nº 19.145/2015. A proposta parte do entendimento de que os exames periódicos já representam importante instrumento de vigilância em saúde, porém seu potencial para a promoção da saúde mental pode ser ampliado mediante a adoção de procedimentos específicos voltados ao acompanhamento preventivo dos fatores psicossociais relacionados à atividade pericial.

Essa proposição não decorre da insuficiência da legislação vigente, mas da possibilidade de qualificar sua operacionalização. Embora a Lei Estadual nº 19.145/2015 estabeleça a realização de exames periódicos, a análise documental demonstrou que a norma não define procedimentos específicos para a vigilância preventiva da saúde mental. Além disso, as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia estabelecem que a avaliação psicológica constitui um processo técnico e científico fundamentado na integração de diferentes fontes de informação, não se restringindo à utilização isolada de instrumentos de triagem ou de autorrelato. Sob essa perspectiva, a associação entre instrumentos padronizados e entrevista psicológica conduzida por profissional habilitado possibilita ampliar a compreensão dos fatores psicossociais identificados e qualificar o processo de acompanhamento preventivo.

Dessa forma, propõe-se que o **Protocolo Institucional de Vigilância Preventiva em Saúde Mental** seja estruturado em cinco etapas complementares:

- **Rastreamento inicial**, mediante aplicação de instrumento padronizado de triagem em saúde mental, contemplando fatores relacionados ao estresse ocupacional, sintomas

emocionais, qualidade do sono, percepção das condições de trabalho e demais aspectos psicossociais inerentes à atividade pericial;

- **Entrevista psicológica**, conduzida por profissional habilitado, destinada a contextualizar as informações obtidas na triagem e ampliar a compreensão dos fatores psicossociais identificados, considerando que a avaliação psicológica deve integrar diferentes fontes de informação;
- **Classificação dos fatores de risco psicossocial**, considerando conjuntamente os resultados da triagem, da entrevista psicológica e das condições ocupacionais identificadas, possibilitando direcionar as ações institucionais conforme o nível de vulnerabilidade apresentado;
- **Encaminhamento e acompanhamento**, quando necessário, pelos serviços especializados disponibilizados pela instituição, especialmente pelo Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB), preservando o sigilo profissional e os princípios éticos da atuação psicológica;
- **Produção de indicadores institucionais**, mediante consolidação anonimizada das informações obtidas, permitindo identificar fatores organizacionais recorrentes, setores com maior vulnerabilidade psicossocial e demandas prioritárias, subsidiando o planejamento de ações preventivas e o aperfeiçoamento das políticas de gestão de pessoas.

Nessa perspectiva, o **Protocolo Institucional de Vigilância Preventiva em Saúde Mental** não substitui os exames periódicos previstos na legislação estadual nem as ações já desenvolvidas pelo Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial. Ao contrário, propõe o aperfeiçoamento da operacionalização desses mecanismos por meio da integração entre triagem, avaliação psicológica, acompanhamento e produção de informações estratégicas para a gestão institucional, que deve organizar a aplicação deste protocolo na rotina dos servidores. Espera-se, assim, fortalecer a capacidade preventiva das políticas já existentes, contribuindo para a identificação precoce de fatores de risco psicossocial, para o planejamento de intervenções institucionais e para a promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Científica de Goiás.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa foi desenvolvida exclusivamente por meio de análise documental, não contemplando a percepção direta dos servidores ou dos profissionais responsáveis pelas ações de saúde ocupacional da instituição. Assim, recomenda-se que pesquisas

futuras incorporem procedimentos empíricos, como entrevistas, questionários e estudos de implementação, permitindo avaliar a percepção dos servidores acerca das políticas atualmente desenvolvidas e a aplicabilidade do **Protocolo Institucional de Vigilância Preventiva em Saúde Mental** em diferentes contextos da segurança pública.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Um novo paradigma de segurança pública. In: COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla (org.). **Segurança pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 57-67. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c46v3/04>. Acesso em: 11 jul. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 14.531, de 10 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14531.htm. Acesso em: 11 jul. 2026.

CAMPOS, Joara de Paula. **Vida após a morte: trabalho e saúde dos servidores da Polícia Científica de Goiás**. 2024. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes para a realização da avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo e regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Brasília, DF: CFP, 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FONTANA, Rosane Teresinha; MATTOS, Gisele Domingues de. Riscos da atividade do policial militar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 77-84, jan./mar. 2016. DOI: 10.4025/cienccuidsaude.v15i1.20239.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 19.145, de 29 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos do Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, 30 dez. 2015. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98328/lei-19145. Acesso em: 11 jul. 2026.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Segurança Pública. **Despacho nº 21/2025/SSP/NIAB-16308**. Divulgação – Psicoterapia. Goiânia, 28 abr. 2025.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Segurança Pública. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Portaria nº 040/2014/SPTC, de 31 de março de 2014**. Institui o Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB) no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica. Goiânia, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. **Burnout: como as organizações causam o estresse crônico e como as pessoas encontram resiliência**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

ZANELLI, José Carlos; KANAN, Lilia Aparecida. Riscos psicossociais e saúde do trabalhador. **In: Ciências Sociais Aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional**. Florianópolis: eduCAPES, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/718030/1/ciencias-sociais-aplicadas-estado-organizacoes-e-desenvolvimento-regional-2.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2026